



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3343 05/05/2026

DEBATE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DO DNOCS MOBILIZA SERVIDORES E PARLAMENTARES FEDERAIS E ESTADUAIS



O debate em torno do futuro do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) ganhou novos desdobramentos em maio de 2026, com a realização de um seminário que reuniu servidores ativos, aposentados, representantes sindicais e parlamentares para discutir propostas de reestruturação e fortalecimento do órgão.

Promovido pelo Sintsef-CE, o encontro ocorreu na segunda-feira, 4 de maio e teve como foco a análise de caminhos para a modernização institucional, a recomposição da força de trabalho por meio de concursos públicos e a valorização do papel estratégico do DNOCS no desenvolvimento regional. Participaram da atividade o deputado federal José Airton Cirilo e o deputado estadual Acrísio Sena, além de trabalhadores da instituição vindos da capital e do interior.

Durante o seminário, foram debatidas alternativas para reorganizar o órgão e ampliar sua capacidade de atuação, especialmente em áreas como infraestrutura hídrica, irrigação, pesca, aquicultura e desenvolvimento tecnológico. Também foi destacada a atuação do DNOCS na implantação de perímetros irrigados no Nordeste, incluindo unidades em funcionamento no Ceará.

Como encaminhamento, os participantes aprovaram a realização de um novo seminário, com data a ser definida, com o objetivo de ampliar o diálogo com representantes do governo federal e consolidar propostas a serem apresentadas institucionalmente. O seminário será organizado por uma comissão de servidores, que avaliará a melhor data para o encontro.

Sintsef-CE e Dnocs

Ao longo dos anos, a atuação do Sintsef-CE junto ao Dnocs se concretiza em pautas que vão desde a luta por condições dignas e locais adequados de trabalho, passando pela articulação de audiências públicas e realização de seminários regionais, até a cobrança por recomposição do quadro de pessoal por meio de novos concursos públicos.

GOVERNO DO BRASIL REESTRUTURA CRÉDITO CONSIGNADO DE SERVIDORES

O Governo Federal anunciou mudanças nas regras do crédito consignado para servidores públicos com o objetivo de auxiliar na reorganização financeira das famílias. A medida faz parte de um conjunto de ações voltadas ao enfrentamento do endividamento e à melhoria das condições de crédito, buscando oferecer maior controle, transparência e segurança nas contratações realizadas por servidores.

Como funcionará

Entre as principais alterações, está a redução da margem consignável, percentual da remuneração que pode ser comprometido com empréstimos, dos atuais 45% para 40%. A proposta também prevê uma redução gradual desse limite nos próximos anos, até atingir 30%, com o objetivo de evitar o comprometimento excessivo da renda e garantir maior equilíbrio financeiro aos servidores. A iniciativa considera o cenário atual de alto endividamento e busca estabelecer parâmetros mais sustentáveis para o uso do crédito consignado.

Beneficiados

A medida alcança servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas, além de empregados públicos vinculados ao sistema. O objetivo é proteger a renda desses grupos, que frequentemente recorrem ao crédito consignado por conta das condições mais acessíveis, mas que, em muitos casos, acabam acumulando dívidas que comprometem significativamente o orçamento familiar.

A transição

Outro ponto importante é a forma como será feita a transição para as novas regras. De acordo com o governo, os contratos já existentes não serão afetados de forma imediata, garantindo segurança jurídica aos servidores. As mudanças passam a valer progressivamente para novas contratações, permitindo uma adaptação gradual ao novo modelo e evitando impactos abruptos na organização financeira dos beneficiários.

Além da redução da margem, a reestruturação do crédito consignado está inserida em um contexto mais amplo de políticas públicas voltadas à educação financeira, renegociação de dívidas e incentivo ao uso consciente do crédito. A proposta busca equilibrar o acesso ao crédito com a necessidade de proteção da renda, contribuindo para a estabilidade financeira dos servidores públicos e de suas famílias.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiária de comunicação: Mariah Salvatore e Guilherme Azevedo